

**A questão do assentamento na modernidade de José Bonifácio:
'para huma nova civilização e para novo assento das Sciencias'**

Mário Luis Carneiro Pinto de Magalhães
Daniela Ortiz dos Santos
Priscilla Alves Peixoto*

Resumo: Este trabalho visa apresentar um olhar sobre a dimensão material – o lugar, posição e forma – das propostas de José Bonifácio para o Brasil e, para dessas, extrair o sentido de modernidade. Lança luzes sobre o quanto essas questões em JB são fruto de uma construção de visão de mundo do próprio autor. Compondo um sistema que se revela através da análise de sua obra precedente. Durante os anos de 1821 a 1825, a produção de José Bonifácio discorre sobre questões relativas ao assentamento humano ao tratar tanto das questões de interiorização da capital, quanto da problemática dos índios bravos e da escravidão. O clima de debates instaurado pelas agitações que acompanharam o processo de independência, fazem emergir os projetos de Nação e, conseqüentemente, as propostas de ocupação do território e de sua “civilização”. A presente contribuição faz parte de um esforço de sistematização de uma antologia do pensamento ‘pré-urbanístico’.

Abstract: This present study aims to introduce José Bonifácio’s proposal for the new capital of Brazil and for that to explore his approach regarding his notion of modernity. As a result, it is structured not only on the analysis of his works about the “nature of human settlements in Brazilian territory” and his writings about Indians and African slaves, but also, on the investigation together with other selected of his scientific studies during his time in Portugal. These analyses raise questionings on related debates of the scientific and political field from the end of the XVIII until the first half of the XIX century, both in Portugal and Brazil. Finally, this work tries to contribute to the best understanding of the History of the Urban Studies.

Durante os anos de 1821 a 1825, a produção de José Bonifácio discorre sobre questões relativas ao assentamento humano ao tratar tanto das questões de interiorização da capital, quanto da problemática dos índios bravos e da escravidão.

O clima de debates instaurado pelas agitações que acompanharam o processo de independência, fazem emergir os projetos de Nação e, conseqüentemente, as propostas de ocupação do território e de sua “civilização”. No entanto, o presente trabalho visa lançar luzes sobre o quanto essas questões em JB¹ são fruto de uma construção / formação de visão de mundo do próprio autor. Compondo um sistema que se revela através da análise de sua obra precedente – os estudos científicos e políticos.

* Mário Magalhães (doutorando PROURB/UFRJ, bolsista CAPES), Daniela Ortiz (mestranda PROURB/UFRJ, bolsista CAPES) e Priscilla Alves Peixoto (graduada FAU/UFRJ) são arquitetos e urbanistas membros do laboratório de estudos urbanos (LeU/PROURB/UFRJ)

¹ abreviaremos José Bonifácio de Andrada e Silva como JB.

Da idéia de cidade-capital

Bernard Lepetit, nos recorda a publicação de A. Lemaître que circulava em 1682, “*La métropolitè ou de l’établissement des villes capitales*”. Esse trabalho do século XVII ressalta a lógica de acumulação em que se insere a cidade-capital, mas, ao mesmo tempo, lança mão das preocupações com relação a geometrização do sistema de interligação entre as cidades: “*O centro é para a circunferência do círculo, a Capital é para o estado*”.

Ou seja, vemos ser cultivada a noção de uma cidade que através de acúmulos de capitais e, conseqüentemente, um crescimento demográfico é o coração [core] de uma nação a qual é a representação de sua própria materialização, ou melhor, sua dimensão física. Ainda nessa abordagem, a cidade-capital também desempenha um papel de centro geométrico que organiza o sistema de cidades que a vizinham. Com a aproximação do século XIX, a atenção aos fluxos em direção a esse centro exerceram um maior fascínio que, já com os saint-simonistas, se alargará para a noção de rede.

No Brasil, a questão da capitalidade só começa a fazer sentido no século XVIII com o surgimento de cidades em torno das minas e, depois, com a abertura dos portos, em 1808. Sobre esse essas questões Margareth da Silva Pereira escreve:

“Fechadas em si mesmas, ou voltadas para uma metrópole longínqua, as cidades brasileiras do período colonial atenuavam, em grande parte, o caráter excepcional da “capital” devido ao isolamento e à distância. A partir de 1808, a presença da Corte e de todo aparelho administrativo, somando-se a circulação de homens, de bens e de idéias, provocada pela abertura dos portos brasileiros, ocasiona uma “abertura” das cidades entre si e em relação àquela que centraliza todo esse movimento: o Rio de Janeiro”.

As propostas de Hipólito da Costa e José Bonifácio para a Capital do Império

Em 1813, Hipólito José da Costa², incitado pelo estabelecimento de uma sociedade de comércio entre Goiás e Pará, extrai desta empreitada menor, o seu todo: a organização do território brasileiro, sua hinterlândia e frente de mar, encabeçadas por uma cidade-capital centralizada, em conexão com uma rede estendida internacionalmente, fomentando o comércio interno e externo.

No entanto, Hipólito J. da Costa pondera. Acredita haver ainda dois grandes entraves ao estabelecimento de comunidades no interior do Brasil, “*um é, a má escolha da sede do Governo; outro a, falta de população própria e conveniente ao estado atual do Brasil*”.

² Abreviaremos Hipólito José da Costa doravante como HC

Para ele, o Rio de Janeiro não apresentava nenhuma das qualidades requeridas a cidade-capital. Seu estabelecimento como tal se dava por uma comodidade e indolência daqueles que ali chegaram, desprezando, assim, a oportunidade de edificar. Construir uma nova cidade-capital é também uma empreitada moralizante.

O sítio da nova capital, para H. da Costa, deveria estar locado junto a cabeceira do São Francisco. Por graça de sua natureza pródiga, seus rios caudalosos e seus afluentes, das diversas campinas, das pedras, das madeiras e das minas abundantes – definida como “paraíso terreal” - todos os materiais estavam ali ofertados a espera dos homens que os trabalhassem.

Contudo, lhe faltava a “população conveniente”. HC se coloca contrário ao papel do comerciante estrangeiro cujo retrato se faz através de um homem sem raiz, quase parasita, que não faz prosperar o local em que vive, buscando, assim, incessantemente o lucro predatório. Por isso mesmo, se coloca entusiasta da imigração de trabalhadores livres, mãos e braços disponíveis a ajudá-lo na construção da “civilização” que achava digna de se edificar no Brasil.

Dez anos separam o artigo de HC em “*O Correio Brasiliense*” e a Representação de JB oferecida a Assembleia Constituinte e Legislativa em 1823. Em muitos aspectos o texto de Bonifácio reafirma certas considerações de Hipólito da Costa e as idéias que eram discutidas nos círculos europeus.

No entanto, nos cumpre atentar sobre as formas como eram tecidas essas redes intelectuais, Adolfo Morales de Los Rios observa que HC e JB, no ano de 1822, pertenciam a mesma loja maçônica – Grande Oriente – e, ainda segundo esse autor, essa loja tinha “*como principal objetivo aniquilar o absolutismo e, conseqüentemente, a obtenção da Independência do Brasil*”.(LOS RIOS, 1946)

Esse debates travados sobre a situação brasileira sugerem o motivo pelo qual existem tantos pontos de contato entre os dois textos. Mas diferem na forma discursiva, menos combativo, JB desarma as tensões políticas e expõe aos poucos os motivos pelos quais a ação – a interiorização da capital – se torna uma via de mão dupla que se deixa revelar a partir de suas próprias necessidades.

Assim, o mais fino e rico da argumentação de JB, remete a sua preocupada investigação do lugar. Sabe que seu parecer, por hora, é incompleto, mas aponta a necessidade de conhecer melhor o relevo, o clima e a hidrografia para precisar o lugar da capital do império e os diversos passos que se devem suceder à construção da nova cidade:

“Apesar da utilidade desta nova capital, nada teríamos conseguido se não indicássemos os meios necessários para a realização deste projecto; assignalar os bairros que cada provincia deve edificar, ficando-se então livre de vender ou arrematar esses predios urbanos, conforme lhe parecer mais conveniente ou lucrativo. E como esta cidade não se póde nem se deve edificar toda de repente, mas progressivamente apparecendo e facilitando-se. Ha um principio de economia que logo que se offerecem vantagens certas aos especuladores, nunca faltam os cabedaes precisos para semelhantes empresas”.(BONIFÁCIO, 1823)

Formação e viagens científicas de Bonifácio

Ao não fazer parte ainda de um período cujos saberes se especializavam de modo institucionalizado – onde ações e competências científicas e administrativas não eram compartimentadas – JB é introduzido a uma educação menos pragmática. Em um primeiro instante, sob a influência barroca religiosa e, num segundo instante, ao frequentar curso jurídico e matemático na Universidade de Coimbra, recém reformulada segundo modelos do Iluminismo francês. Sua complexa formação é continuada por mais uma década ao ser contemplado com bolsa de estudos do governo português em 1788. Paris, Freiberg, Viena, Berlim, Pádua, Pávia, Copenhague, Yarmouth, várias foram as cidades e regiões percorridas que lhe possibilitaram acompanhar os debates travados no meio acadêmico.

“Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria”, heis a oração capital nas memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa no período em que Bonifácio publica suas obras. Já em seus primeiros escritos acadêmicos após sua viagem de estudos, reconhecemos um JB acadêmico, lançando mão de métodos científicos, e com uso de um vocabulário erudito e específico ao campo. Sua atenção em diferenciar as ciências do homem das ciências da natureza revela proximidades ao pensamento maduro de Kant. Em 1798, o filósofo Immanuel Kant publica o texto de seus cursos de anos anteriores, Antropologia do ponto de vista pragmático, e considera: “o conhecimento fisiológico do homem tente à exploração daquilo que a natureza faz do homem; o conhecimento pragmático, daquilo que o homem, enquanto ser de livre atividade, faz ou pode ou deve fazer de si mesmo”.

Esta responsabilidade enquanto “homem livre de atividade e pensamento” é presente no discurso de Bonifácio ao justificar ações sobre uma natureza segundo preceitos científicos e sob aval político. Em sua memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, escreve:

“A experiência, e a reflexão me tem mostrado que os preceitos da Agricultura tem muitas e variadas modificações, pela influencia dos climas e terrão; pelos mercados e precisões das terras, e até pelos costumes e leis de cada povo: mas todavia quanto á sua essencia e principios, são invariaveis e geraes. Cumpre distinguir o que he local e variavel do que he constante e geral em todo o paiz, e em todo o clima: cumpre não confundir o que he obstaculo vencivel com o que he modificação necessária.”³

O discurso de JB segue um método preciso, a primeira parte identifica o problema, em seguida propõe ações baseadas na Ciência, e que se justifica politicamente pela economia. Os estudos são pontuais, os 'defeitos' são examinados e as propostas são específicas.

“Não espereis, Senhores, de mim frases pomposas, nem rasgos de Eloquencia: a Historia Litteraria só requer veracidade e lhaneza; e se me faltarem talentos, para attrahir vossa atenção, supprirão o zelo e boa vontade, para vo-la merecer. (...) Este breve Discurso será dividido em Tres Partes: na Ia referirei a Historia dos trabalhos e transações Acadêmicas, na Ila darei conta das Memorias e Obras lidas ou apresentadas, na IIIa em fim mencionarei os Socios, que a Academia chamou, para a ajudarem em seus trabalhos e tarefas.”⁴

Bonifácio, sua visão geométrica e “global” do território, impregnada em seus discursos científicos, realiza diagnósticos de rede de cidades, aldeias, minas e portos – num primeiro instante para Portugal e suas colônias, e num segundo instante somente para o Brasil – e vai propor possibilidades para consolidar as “potências” e usos desse território, urbano e rural, em prol de um bem comum e nacional.

“A mineração nutre e sustenta numerosas familias, que por talta de trabalhos uteis em terrenos pela maior parte estereis e desertos, se entregariaõ á inercia, e aos vicios seos filhos, Ella povoa montanhas escalvadas, e charnecas inuteis, e as apinha com o andar do tempo de Aldeas, Villas, e Cidades.

(...)

“As minas pois fomentadas e administradas sabiamente poem em circulação riquezas immensas debaixo de formas diversissimas: abrem novas fontes sempre perennes de nutrição e soccorro á lavoura, ao commercio, e ás artes: criaõ e sustentaõ hum grande numero de braços: e diminuindo a vadiação e mendicidade das comarcas, firmaõ o socego, e a segurança publica; espalhaõ luzes e conhecimentos uteis por huma grande parte da nação; augmentaõ em fim a dignidade de homem social pelas victorias, que obtem diariamente contra a natureza, muitas vezes madrasta, executando maquinas e trabalhos portentosos.”(BONIFÁCIO, 1813)

Ao longo de sua defesa sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, JB revela já seu olhar maduro atento às realidades e possibilidades de seu tempo, compreendendo a importância da execução de obras e projetos de modo gradativo, reconhecendo uma forte noção de processo. Ele nos convida a “ouvirmos” Xenofonte:

³ (1813-15, Artigo extrahido das actas da Academia Real das Sciencias, p.5)

⁴ (1812, p. 133 e 134)

“As obras e empresas, que aconselho, não são de tal natureza que requeirão ser todas feitas ao mesmo tempo, sem que aliás possamos dellas tirar proveito algum. Pelo contrário convém antes fazer humas apoz outras, do que todas juntas; porque se edificarem muitos ao mesmo tempo, farão maior despeza e peor obra, do que se cada edificio se fizer por sua vez”.

Um Projeto de Nação

De fato, uma percepção mais complexa de sua trajetória, para além de uma visão segmentária, parece ganhar algum espaço na historiografia apenas a coisa de 10 anos.⁵ . A esta percepção geral, creio termos apontado uma especificidade da qual emerge no discurso de JB um corpus de questões a partir de suas investigações científicas e sua vivência na administração de negócios públicos em Portugal.

Quando JB retorna ao Brasil em 1819 estas questões se desdobram no seu contato com nossa realidade. O naturalista extrai desta experiência direta uma acuidade de observação que enxerga mais finamente a dimensão social e política. Seriam estas duas dimensões que refreariam o potencial imanente da natureza brasileira, deste “paraíso terreal” como ecoara HC. O projeto bonifaciano de nação extrai da percepção abrangente desta problemática imediata sua energia transformadora, estabelecendo a partir dela recortes para sua dimensão operativa, tal qual na exortação de Xenofonte. Jamais, contudo, compreende os problemas isoladamente.

Este conjunto de projetos que vão se coligindo a partir de 1819 exprimem naquela tríplice dimensão – política, social e territorial - uma questão que gostaríamos de colocar em relevo: a tensão entre uma visão hierárquica e outra igualitária.

Na dimensão política, afora o impacto com o qual a Revolução Francesa e seus descaminhos o haviam impressionado e o exemplo vivaz da pujança econômica Britânica, a defesa de JB de um regime monárquico para o Brasil tem duas faces. Por um lado, subordina-se a questão política ao primado da ação transformadora. Para além da visão utilitarista a qual se subscreve na Academia de Lisboa, o discurso de JB desloca o sentido de vida virtuosa para aquele de uma vida de ação, tendo nos ‘paulistas’ sua encarnação literária. Este é o imperativo que a tudo subordina; o levante modernizador é uma espiral a cujo impulso não se devem interpor barreiras. A liberdade política com suas dissonâncias e a *stasis* daí decorrente, seriam desagregadores de um norte coeso para a mobilização do corpo social. Nesta interpretação, é desejável a atualização do pacto que se estabelecera desde a segunda metade do século XVIII

⁵ Autores como Berenice Cavalcante ou Alex Gonçalves Varela, Maria Margaret Lopes e Maria Rachel Fróes da Fonseca exemplificam esta postura na qual “O seu [o de José Bonifácio] perfil de filósofo natural e de homem público não podem ser estudados de forma separada, uma vez que se cruzam e entrelaçam” (Varela et al, 2002)

entre a monarquia e os detentores do saber científico; as rupturas revolucionárias não são aceitáveis, o movimento reformista o é.

Por outro lado, o rebaixamento de um imperativo categórico – um *dever ser* -, tal seja a liberdade plena dos povos e a construção de um regime democrático e republicano, para o âmbito de um *poder ser* face à realidade social brasileira; equivale à transposição para o plano político de uma prática desenvolvida na construção do conhecimento científico. Apesar de um inicial repúdio ao mundo aristocrático em suas idéias para a “Organização Política do Brasil”, onde declara que “*Todo o cidadão que ousar propor o restabelecimento da escravidão e da nobreza será imediatamente deportado*” (BONIFÁCIO, c 1819), estava já plantada a atenção aos sujeitos; o embate com as circunstâncias contemporâneas como evidenciado na conclusão do mesmo texto:

“Assim as melhores instituições absolutamente não são as melhores relativamente. Tudo é filho do tempo e das luzes. Os homens são entes sensíveis e das circunstâncias, e não entes de razão ou idéias de Platão.” (BONIFÁCIO, c1819)

Isto permite a mudança ‘radical’ de posicionamento político em defesa de um regime monárquico. Consta de suas notas avulsas a exposição dos motivos de sua acomodação à cena nacional:

“Acusam-me alguns, que plantei a Monarquia – sim, porque vi que não podia ser de outro modo então; porque observara que os costumes e o caráter do povo eram eminentemente aristocráticos; porque era preciso interessar as antigas famílias e os homens ricos, que detestavam ou temiam os demagogos; porque Portugal era Monárquico, e os brasileiros eram macacos imitadores.”(BONIFÁCIO, s/d)

Em verdade, o olhar deitado sobre o geral e o particular da sociedade, se por um lado ajusta os imperativos de um liberalismo político, por outro impulsiona outro liberalismo: “Os brasileiros querem ter liberdade; mas liberdade individual, não as que tinham as repúblicas antigas, que era só a pública ou a política. Não estão em estado de fazer sacrifícios contínuos pessoais, para figurarem nas assembleias e na administração”⁶ (BONIFÁCIO, s/d). Este liberalismo voltado para a particularidade dos indivíduos enseja o projeto social da construção de homens livres, indivíduos de livre ação do qual advém toda a obra educacional e humanista de JB. Apesar da enorme cobertura da ação educacional, pulverizada em inúmeros projetos; nos aldeamentos indígenas, no processo de libertação dos escravos, nas academias de agricultura e na universidade, também aqui há duas qualidades de educação que se sobrepõem. Uma universal e operativa – civilizadora – se quer espalhada uniformemente sobre

⁶ Texto posterior ao exílio (pós 1823)

o território nacional, outra vertical e individualizadora, formadora de pensadores livres que hierarquiza a malha urbana, capitalizando os assentamentos que lhe dão abrigo.

Essas três dimensões – política, sociedade e território – estão portanto imbricadas umas nas outras em seus diversos projetos. Se nos voltamos com este olhar à questão da mudança da capital tal qual proposta na representação de JB, podemos vê-la como manobra política na gestação de um pacto nacional, aplacando as tensões entre as províncias. Como ícone do projeto social do homem de livre ação, em marcha para o oeste. Já territorialmente, a nova capital tomada por si, evidencia uma estrutura hierárquica, materializada por estradas e canais que a conectam com outros assentamentos capitais, e denotado por fluxos de capitais, que como nos alerta Margareth da Silva Pereira: “...[considera] o território brasileiro como um corpo inserido numa “rede” de conexões que ultrapassam fronteiras e convergiam para outras centralidades.”

Contudo, vista em conluio com os demais projetos de JB, a nova capital implica antes na ativação completa da natureza. A fina malha urbana que este conjunto de iniciativas lança sobre o território articula vastas extensões de natureza, ativadas por capitais excedentes urbanos, estreitamente associados à experiência mineira e a revolução industrial que se operava em Inglaterra.

Bibliografia

CAVALCANTE, Berenice. *Razão e sensibilidade: José Bonifácio, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2001.

CERQUEIRA FALCÃO, Edgard de (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: Câmara Municipal, 1963. 3 v.

DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000. Ano de Publicação original: 1946.

IHGB. José Bonifácio de Andrada e Silva - O patriarca da Independência, Brasileira – Serie 3 – Vol. 166 – Bibliotheca Pedagogica Brasileira

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova História Urbana/Bernard Lepetit; seleção de textos, revisão crítica Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NOGUEIRA, Octaciano (org.). *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973. 2 v.

PEREIRA, Margareth Aparecida da Silva. *Rio de Janeiro: L'ephemere et la perennite – histoire de la ville au XIXeme siècle*. Paris, 1988. Tese (Doutoramento Ciências Sociais) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1).